

10/07/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Nota promissória 2](#)

[MEC quer condicionar repasse para estados a resultados na educação](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DE UBERABA - MG

[Mestrado em Biociências Aplicadas abre processo seletivo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Limpeza em áreas externas da Ufba será afetada após corte em contrato](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Projeto prevê ampliação do campus](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Excesso de alunos é tema de reunião com Ministro](#)

O DIA - PI

[Remuneração por mérito na educação](#)

Agências de notícias e sites

PORTAL ISTOÉ

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Especialistas cobram implementação de políticas para formação de professores](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo vai mudar Mais Médicos de novo, para reincorporar os cubanos](#)

AGÊNCIA JB

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

BOL NOTÍCIAS

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

G1

[Fies do segundo semestre divulga lista de candidatos pré-selecionados](#)

[Enem 2019: MEC oferece R\\$ 684 para professores da rede pública do AP aplicarem provas](#)

[Após bloqueio de recursos do MEC, UFBA reduz 12% da verba da limpeza](#)

GAZETA ONLINE

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

GAZETA WEB

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

HOJE EM DIA - MG

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

O POVO ONLINE

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

PORTAL VEJA

[MEC disponibiliza resultado do Fies na internet](#)

R7

CLIPPING



[MEC divulga resultado do Fies na internet e instituições de ensino](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

[MEC divulga lista de aprovados no Fies; confira](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Algumas espécies de 13 mosquitos podem ser vetores da malária](#)

PÁGINA RURAL

[DF - cientistas produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do](#)

[biodiesel, diz Embrapa Agroenergia](#)

RONDÔNIA DINÂMICA

[Algumas das 13 espécies de mosquitos em Porto Velho podem ser vetores do plasmódio](#)

[da malária, revela pesquisadora](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Comissões debatem na quinta relações entre comunidade universitária e governo federal](#)

FOLHA DE UBERABA

[Mestrado em Biociências Aplicadas abre processo seletivo](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Atraso no Brasil - formamos doutores, para formar doutores... que formam doutores](#)

R7

[MEC divulga nesta terça resultado do Fies](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Após cortes do MEC, Ufba anuncia redução de 12% na verba de limpeza](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Ministério da Educação divulga nesta terça resultado do Fies](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Abertas inscrições para acadêmicos indígenas](#)

MEIO NORTE - PI

[Governo faz proposta de acordo aos professores](#)

O DIA - RJ

[Com cortes na Educação, UFMS não terá como pagar água e luz a partir de agosto](#)

Agências de notícias e sites

HORA DO POVO

[Marcha da Ciência critica cortes e condena o obscurantismo bolsonarista](#)

JORNAL FOCO - BA

[Sober realiza na UESC o maior evento na área da agricultura e desenvolvimento rural do país.](#)

NOTÍCIAS AO MINUTO

[Edifícios com fachadas de vidro geram alto impacto ambiental](#)

CORREIO DO POVO - AL

[Edifícios com fachadas de vidro geram alto impacto ambiental](#)

G1

[Fies do segundo semestre de 2019 divulga pré-selecionados nesta terça](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Relator da LDO blinda educação de contingenciamento em 2020, abre espaço para aumento a servidores](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Nota promissória 2

Resultado: para conter a insatisfação em meio à discussão da reforma da Previdência, o Planalto se comprometeu a elaborar um projeto abrindo crédito suplementar para a pasta, e também para os ministérios da Educação e da Saúde.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/07/10/ministros-do-stf-defendem-moro-e-lava-jato-e-so-admitem-rever-posicao-diante-de-algo-grave/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC quer condicionar repasse para estados a resultados na educação

Modelo inspirado pelo Ceará foi adotado por Pernambuco e está em estudo pela gestão Doria e por mais 2 estados

Brasília e São Paulo

O governo Jair Bolsonaro (PSL) quer obrigar estados a criarem leis que condicionem a distribuição de recursos para os municípios aos resultados educacionais. A proposta prevê retenção de repasses para quem não se adequar.

A ideia de impor a distribuição de verba do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) de acordo com indicadores de qualidade de ensino é inspirada na experiência do Ceará, que destina 18% do tributo por esse critério. O modelo cearense foi adotado neste ano em Pernambuco e está sob estudo pelos governos de São Paulo, Amapá e Espírito Santo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-quer-condicionar-repasse-para-estados-a-resultados-na-educacao.shtml>

topo ↕

JORNAL DE UBERABA - MG - GERAL

Mestrado em Biociências Aplicadas abre processo seletivo

O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Biociências Aplicadas – Piba da UFTM oferece 11 vagas em processo de seleção de candidatos, nas áreas de concentração “Materiais Aplicados em Biociências”, seis vagas, e “Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos”, cinco. São dez vagas de acesso universal e uma reservada no âmbito das Ações Afirmativas.

O Mestrado Acadêmico Interdisciplinar destina-se a biólogos, médicos, biomédicos, fisioterapeutas, odontólogos, químicos, farmacêuticos, físicos, engenheiros, matemáticos, cientistas da computação e outros profissionais.

As inscrições serão realizadas de 8 a 19 de julho, presencialmente na Secretaria do Programa, situada na rua Vigário Carlos, 100, na Sala 311 no 3º andar, no horário de atendimento de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 16h. As inscrições também poderão ser feitas pelo correio eletrônico sec.piba@uftm.edu.br. A

documentação exigida deve ser encaminhada em formato PDF via e-mail.

Conforme previsto no edital, a seleção constará de duas etapas: prova escrita, de caráter eliminatório, e análise de currículo, classificatório. A prova escrita será aplicada no dia 1º de agosto, em horário e local a ser divulgado no dia 29 de julho na página do Piba e na Secretaria do Programa.

O resultado preliminar será publicado no dia 7 de agosto, e o resultado final no dia 12 de agosto. A matrícula dos candidatos aprovados será realizada nos dias 13 e 14 de agosto, das 8h às 12h e das 13h às 16h, na Secretaria do Piba.

O Programa tem nota três na área de Materiais da **Capes** e conta com quatorze docentes permanentes vinculados a três institutos da UFTM – ICBN, ICENE e ICTE, abrangendo as disciplinas básicas de Biologia, Física, Química, Bioquímica e áreas aplicadas.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Limpeza em áreas externas da Ufba será afetada após corte em contrato

A limpeza das áreas externas da Universidade Federal da Bahia (Ufba) terá menos gente trabalhando a partir de agora. O contrato com a empresa terceirizada Liderança Limpeza e Conservação Ltda., que venceu ontem, foi prorrogado por mais seis meses, mas com uma redução de 12,38%. Em valores, significa que o corte no contrato da universidade com a terceirizada será de R\$ 1,08 milhão.

Segundo explicou a Ufba, em nota técnica divulgada nesta segunda-feira (8), a redução ocorre na área de cobertura - ou seja, no tamanho da área a ser coberta pelos funcionários. A decisão é reflexo do bloqueio nos repasses por parte do Ministério da Educação (MEC). O contrato firmado com a empresa é medido pelo metro quadrado limpo. Assim, a escolha da Ufba foi reduzir a cobertura das áreas externas aos prédios e das esquadrias. As mudanças no quadro e funcionários cabem à empresa Liderança. O CORREIO apurou que a redução no quadro será de cerca de 20%.

“Considerando os três tipos de serviços previstos pelo contrato, a Ufba optou por preservar integralmente a metragem das áreas internas a serem limpas e por diminuir a metragem das áreas externas e de esquadrias”, explica a nota. A redução não atingirá as nove unidades que abrigam os cursos de saúde, inclusive em Vitória da Conquista, por conta dos riscos de contaminação.

A Ufba diz ainda que entende que a redução na contratação pode impactar não só a qualidade dos serviços prestados, mas também gerar uma diminuição de postos de trabalho. Contudo, como o contrato é medido pelo metro quadrado limpo - e não pela quantidade de pessoas contratadas - a Ufba estaria impedida de decidir sobre a manutenção dos funcionários.

“Esse é sempre um dos momentos mais difíceis na gestão da universidade porque nós sabemos que, lá na ponta, significa a redução dos postos de trabalho. Os terceirizados são membros da nossa comunidade, alguns deles com muitos anos de casa e com dedicação e zelo absolutos na vida da universidade”, disse o vice-reitor, Paulo Miguez.

Procurada para comentar os impactos da redução do contrato, a empresa Liderança não respondeu aos questionamentos do CORREIO até o fechamento desta edição.

Impacto

Hoje, 62 funcionários terceirizados trabalham nessas áreas externas - que serão mais impactadas -, de acordo com o coordenador de Meio Ambiente da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (Sumai) da Ufba, o professor José Antonio Lobo. Desses, cinco são da coleta seletiva.

O vice-reitor, Paulo Miguez, disse que o contrato de limpeza é um dos maiores da Ufba, junto com os vigilantes. O CORREIO apurou que são 533 trabalhadores na área e que, se o corte de 20% se confirmar, devem permanecer 426 funcionários. Miguez não soube dizer o número exato, mas confirmou que o total gira em torno de 500 pessoas na área.

Esse contingente fica distribuído em toda a Ufba, inclusive em Vitória da Conquista. Em Salvador, eles trabalham em regime de mutirão: o mesmo grupo fica, por alguns dias, fazendo ações de limpeza, poda e roçagem em um único campus.

Quando terminam um, seguem para o próximo. Em um campus como o de Ondina, por exemplo, o trabalho costuma durar quatro dias.

Por dia, a Ufba gera nove toneladas de lixo – entre todos os resíduos - de saúde e clínicos até o lixo comum.

No caso do lixo comum, existem pontos de coleta na universidade e ficam a cargo da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb).

Além disso, a universidade tem contratos com empresas que fazem a retirada de lixos específicos. O lixo químico é coletado por uma empresa de Santa Catarina e o hospitalar é coletado diariamente por uma empresa de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador, que não serão impactados.

Questionado sobre os impactos, o MEC reafirmou a necessidade dos bloqueios e disse que, “caso o cenário econômico apresente evolução positiva no segundo semestre, os valores bloqueados serão reavaliados”.

Preocupação

A notícia sobre a mudança no contrato dos serviços de limpeza já chegou aos principais interessados. Os funcionários da limpeza já sentem medo.

“Tá todo mundo aqui preocupado. Se vai diminuir o dinheiro, com certeza vai acabar diminuindo a quantidade de trabalhadores”, diz um funcionário, sem se identificar.

De acordo com o secretário de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza (Sindilimp), Carlos Alberto Araújo, não é a primeira vez que o setor passa por cortes na Ufba. Há pelo menos quatro anos, os terceirizados de limpeza vêm sendo reduzidos.

“A redução já vinha acontecendo entre os trabalhadores da limpeza, que são os mais sacrificados”, revela.

Um exemplo, segundo ele, é o Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (Hupes). Em 2016, diz, era eram cerca de 180 funcionários. Atualmente, a estimativa do sindicato é de que o número de funcionários no local fique entre 100 e 120,

no máximo.

A comunidade acadêmica também se preocupa. A estudante de Medicina Veterinária Alva Oliveira, 46, se diz assustada. “Os terceirizados já estão saindo e parece que vai haver mais demissões”, diz.

A presidente do Sindicato dos Professores das Instituições Federais do Estado da Bahia (Apub), Raquel Nery, diz que a categoria se solidariza com os mais afetados: “A gente acaba vendo na prática algo que estudamos, que é a constatação da fragilidade da condição do trabalhador terceirizado. Lamentamos profundamente, até porque essas são relações de afeto”.

Os servidores da universidade entendem que a medida irá impactar no dia a dia. “Se você tem uma casa que usava 100 reais para limpeza e de repente você só tem 60, é um impacto”, acredita Antônio Bonfim Moreira, coordenador de comunicação da Assufba.

*Com supervisão do chefe de reportagem Jorge Gauthier

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA

Projeto prevê ampliação do campus

O Plano de Ocupação e Intervenções Urbanas do Edifício Sudene prevê também a ampliação do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco e a urbanização do entorno do imóvel. Entre as obras previstas, está a integração físico-espacial do Edifício Sudene à reitoria através da construção de uma praça com 2,5 mil m², sendo 80% de área verde, que inclui a pedestrianização da Rua Lindolfo Color, praça de alimentação. As agências bancárias localizadas na via serão redimensionadas. O gradil da reitoria também será retirado.

O projeto de integração física também prevê a construção de uma passarela de oito metros de largura, urbanizada, que permitirá a circulação de pedestres e ciclistas. A estrutura integrará as áreas internas do Complexo da Sudene ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) para uso exclusivo da comunidade acadêmica.

“Esse projeto de revitalização é bem amplo e impactante e inclui conceitos de arquitetura inclusiva, smart cities e acupuntura urbana. Pretendemos recuperar os Jardins de Burle Marx, os prédios anexos, a implantação dos bicicletários e a readequação das linhas de ônibus e por isso estamos dialogando através de reuniões com a Prefeitura do Recife, o DNIT, o DER e com empresas como a Yellow. Quando o prédio tiver em atividade, haverá a circulação diária média de quatro mil pessoas”, disse o coordenador do projeto, Carlos Falcão. Com o contingenciamento de recursos para as universidades federais, a UFPE ainda não tem previsão de investimento total nem de quando todo o projeto será concluído.

Todas as obras vão promover uma verdadeira reestruturação no Campus Recife da UFPE. “A partir do momento em que muitos setores administrativos serão realocados para o Edifício Sudene, a universidade poderá sanar demandas reprimidas. Uma delas será a expansão do Colégio de Aplicação, que passará a ofertar a educação básica, ampliação de vagas, cursos e outras atividades vinculadas à Universidade Federal de Pernambuco”, detalha Falcão.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Excesso de alunos é tema de reunião com Ministro

No documento destaca-se o crescimento de 12% no número de matrículas registradas no Estado desde a intensificação da migração venezuelana

PARLAMENTARES DO ESTADO

Parlamentares de Roraima participaram de uma reunião na terça-feira, 09, com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para discutir a situação da rede pública de educação no Estado. Os representantes alegam que o poder público tem enfrentado dificuldades por conta do impacto do fluxo migratório de venezuelanos.

Na ocasião, foi entregue um ofício ao ministro da Educação contendo números que apontam a sobrecarga na rede de ensino e os impactos na qualidade da educação ofertada, em decorrência do crescimento do fluxo migratório de venezuelanos em Roraima.

Os parlamentares do Estado destacaram que atualmente o Estado absorveu aproximadamente nove mil estudantes venezuelanos, o que representa um crescimento de 12% no universo total de matrículas registradas em Roraima desde a intensificação do fluxo migratório.

A defesa dos parlamentares é que o crescimento acarreta prejuízos na qualidade da prestação de serviços, como transporte e merenda escolar. Além disso, cobraram uma intervenção efetiva do Ministério da Educação (MEC) para o auxílio e garantia da continuidade dos serviços na educação básica estadual.

“Os desafios enfrentados por Roraima, frente à explosão demográfica, fogem à realidade habitual e devem ser enfrentados como um problema da nação. Esta grave crise humanitária se expressa diretamente no desequilíbrio do pacto federativo, de modo que a intervenção do Governo Federal nas áreas mais críticas se faz necessária, a fim de garantir e resguardar o direito das nossas crianças e jovens estudantes”, afirmou o deputado Haroldo Cathedral (PSD), presente na reunião.

Conforme os parlamentares, após a entrega do relatório o ministro se comprometeu a atuar em parceria com a gestão estadual e garantiu o direcionamento de recursos para atender as demandas.

Weintraub teria dito ainda que existe um planejamento sendo desenvolvido no Ministério para ampliar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para Roraima.

Também presente na reunião, o senador Mecias de Jesus (PRB) informou que convidou o ministro da Educação para vir a Roraima para atestar a realidade vivida nas escolas estaduais e municipais, em especial, aquelas localizadas em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela.

“Conversamos com o ministro, ele informou que já tem uma equipe realizando um estudo sobre o assunto e que pretende se aprofundar na matéria. O ministro também se comprometeu conosco a visitar Roraima o mais rápido possível para ajudar na área da

educação e nas demais questões que estamos enfrentando na saúde e na segurança pública”, informou.

topo ↕

O DIA - PI - BRASIL

Remuneração por mérito na educação

Brasil a partir dos anos 2000. Definimos como ponto de partida o ano de 2007, quando diversos sistemas públicos de ensino passaram a se utilizar de indicadores de desempenho e das avaliações diagnósticas de aprendizagem em larga escala como estratégias de aferição de proficiências e premiação de professores e gestores.

Apesar da disseminação desses mecanismos ao longo dos últimos anos, os estudos até aqui empreendidos não apresentam conclusões assertivas acerca dos benefícios auferidos, em consequência da adoção das estratégias acima citadas.

A bonificação do magistério, decorrente do alcance de metas de proficiência previamente definidas, tem sido objeto de muitos debates e controvérsias. Um caso emblemático neste sentido refere-se à cidade de Nova Iorque (EUA), cujo programa de remuneração por mérito aos docentes foi implantado entre 2007 a 2011, em uma parcela significativa das escolas públicas. Ao final de 2011, o Departamento de Educação local (equivalente às nossas Secretarias de Educação) optou pela descontinuação do programa.

À época, a alegação das autoridades educacionais nova-iorquinas concentrou-se na similaridade de resultados entre as escolas participantes e não participantes do programa. Ademais, na maioria das escolas participantes, verificou-se proficiências aquém das metas previamente estabelecidas. Devemos deixar claro aqui o conceito que norteia a remuneração por mérito aos docentes: mediante uma elevação consistente do desempenho escolar dos alunos, os professores fazem jus a uma bonificação pecuniária extra. A ideia consiste em atrelar desempenho escolar e estímulo financeiro. No Brasil, Amazonas e Minas Gerais foram os Estados precursores na implementação de uma política de bonificação por mérito para as suas redes estaduais de ensino em 2007.

Após este movimento, outros Estados seguiram na mesma direção, cada um adotando seus respectivos indicadores de desempenho escolar, à luz do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, principal indicador de qualidade da educação básica brasileira). Em uma análise mais profunda do tema, constatamos que a política de remuneração por mérito auferiu importantes resultados na Índia, Reino Unido e Chile. A pergunta que se coloca é: por que Nova Iorque e os três países citados apresentaram resultados tão díspares? Que fatores motivaram essa ocorrência?

O que o conjunto da grande maioria das pesquisas parece indicar, em sua aparente disparidade, reside no fato de que outros fatores externos à escola interferem e têm papel importante na obtenção de bons ou maus resultados escolares. Condição socioeconômica da família do estudante, localização da unidade de ensino, além da qualificação do corpo docente parecem influenciar a proficiência aferida pelas avaliações externas.

Outra importante variável identificada, de cunho interno, sugere o efeito danoso que a rotatividade de gestores e professores exerce sobre o processo de ensino e aprendizagem, impactando conseqüentemente a proficiência dos educandos.

Paralelamente, investimentos em creches e unidades pré-escolares que ofereçam assistência de boa qualidade poderiam contribuir para a diminuição da discrepância cognitiva entre alunos com históricos familiares assimétricos. Existe ainda muita discussão, não só no Brasil, mas em diferentes partes do mundo sobre o benefício da adoção de políticas remuneratórias para o magistério pautadas pelo bônus pecuniário.

O grande desafio para a gestão pública (extensiva às redes privadas de ensino) consiste em como avaliar e recompensar adequadamente docentes de alto desempenho, de maneira a mantê-los continuamente motivados, ao mesmo tempo em que se identificam professores com baixo grau de comprometimento e competência.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final

de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo 

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Especialistas cobram implementação de políticas para formação de professores Tema foi discutido em audiência pública da Comissão de Educação

O Brasil possui políticas públicas adequadas para a formação de professores, mas elas não são colocadas em prática. Essa foi a opinião dos especialistas ouvidos nesta terça-feira (9) pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que discutiu o tema.

Um exemplo dessas ações é o Plano Nacional de Educação (PNE), que traz uma série de diretrizes para promover a melhoria da formação dos profissionais da educação em médio e longo prazos.

Autora do pedido para a realização da audiência, a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT) destacou, no entanto, que muitas das metas do PNE não avançaram.

“Preocupo-me com a falta de implementação. Apenas uma ou outra das vinte metas saíram do papel. A maioria continua na gaveta”, disse. “A questão da formação dos docentes é uma das que deveria estar plenamente em vigor e ainda não está.”

MEC

Para Rosilene Corrêa, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, decisões recentes do Ministério da Educação podem comprometer a qualificação dos professores. “Quando se tem uma política de desmonte, de retirada de recursos, isso pressupõe que logo, logo teremos uma queda na qualidade de ensino”, argumentou. “Precisamos ter profissionais capacitados, valorizados, bem pagos, e não é isso que estamos assistindo.”

A diretora da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Fraga, informou que, desde 2015, uma resolução do Conselho Nacional de Educação prevê a adoção de uma Base Nacional de Formação Docente. Até o fim do ano, segundo a diretora, deverá ser levada uma proposta até o ministro, Abraham Weintraub. “A ideia é que, até novembro deste ano, nossa secretaria apresente o documento à Secretaria Executiva, e consequentemente ao ministro.”

Na avaliação do deputado Professor Alcides (PP-GO), embora a execução do PNE esteja em desacordo com o planejamento original, o MEC tem se esforçado em apresentar políticas educacionais satisfatórias. “O ministério está procurando investir pesado na educação básica, que é o nosso grande gargalo.”

Novo debate

A Comissão de Educação da Câmara confirmou a realização de uma nova reunião, no segundo semestre, a fim de dar continuidade à discussão sobre a formação dos professores.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo vai mudar Mais Médicos de novo, para reincorporar os cubanos
Estimativa é de que 2 mil desses 8 mil profissionais permaneceram no Brasil depois do fim do acordo entre os dois países; ideia é que voltem a atender no SUS por um período de dois anos

BRASÍLIA - O governo federal pretende editar em agosto uma medida provisória alterando o Programa Mais Médicos e reincorporando profissionais cubanos. Eles tiveram de sair do programa com o rompimento do acordo de colaboração entre Brasil e Cuba, mas a ideia é que voltem a trabalhar na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS) por um período de dois anos. Terminado esse prazo, precisarão revalidar o diploma.

A estimativa é de que 2 mil dos 8 mil profissionais que vieram para o Brasil permaneceram aqui depois do fim do acordo, muitos na esperança de serem readmitidos no SUS. Cerca de 700 médicos têm a situação regularizada, porque se casaram com brasileiros. Somente os cubanos que trabalharam no Mais Médicos e permaneceram no País teriam direito à reincorporação, por meio de um credenciamento.

O esboço da nova proposta deverá ser apresentado a parlamentares esta semana. O cronograma prevê também conversas com secretários estaduais e municipais de Saúde. A meta é ter um projeto bem definido, que não dê margem a desgastes e tenha uma

tramitação rápida no Congresso Nacional.

Embora boa parte da proposta já esteja alinhavada, há ainda alguns pontos a ser definidos. Entre eles está o novo nome do programa. A avaliação no governo é de que o Mais Médicos se transformou em uma marca do governo de Dilma Rousseff.

A iniciativa foi lançada em 2013, como uma resposta às manifestações de rua daquele ano e também a reivindicações feitas por prefeitos. Eles reclamavam da dificuldade em manter profissionais atuando em regiões distantes.

Além da garantia do posto preenchido, o programa trazia outro benefício para os gestores: o alívio orçamentário. Os salários dos profissionais eram pagos integralmente pelo governo federal. Cabia às prefeituras arcar com as despesas de moradia e alimentação do profissional. O rompimento do acordo de cooperação, em novembro, foi uma iniciativa de Cuba, mas em resposta às críticas feitas pelo então presidente eleito Jair Bolsonaro. O presidente chegou a comparar os profissionais que vinham atuar no País a escravos. No programa de governo apresentado durante as eleições, o então candidato afirmava que encontraria uma solução para os profissionais, a quem chamou de “irmãos.”

O acordo de colaboração era feito em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Pelo estabelecido, o pagamento dos profissionais era entregue ao governo de Cuba, que repassava uma parte para os profissionais. A explicação, na época, era de que o pagamento ficava retido na ilha para financiar os benefícios concedidos aos profissionais.

Com o fim do acordo de colaboração, anunciado em novembro, várias tentativas foram feitas para preenchimento das vagas com médicos brasileiros formados no Brasil e, em outra etapa, com brasileiros formados no exterior. Mas prefeitos e governadores admitem que vazios assistenciais persistem. Médicos respondem aos editais, até se mudam para as cidades escolhidas, mas após um curto período desistem do posto, em troca de pontos mais próximos dos centros urbanos.

Carreira. Para tentar atrair o interesse de médicos brasileiros, o novo programa deverá ser associado a um curso de formação. Todos os profissionais terão de fazer provas periódicas. Ao fim do contrato, eles terão um título de especialista em médico de família e comunidade. A ideia é criar uma carreira para os profissionais brasileiros formados no Brasil ou no exterior. Ao ingressar no programa, eles iriam para regiões mais remotas. E, para garantir a permanência, receberiam uma gratificação. Com o passar do tempo, teriam a possibilidade de ir para regiões mais próximas dos centros urbanos.

A reformulação também deverá trazer mudanças na proporção do programa. Desde que assumiu o cargo de ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta diz que a iniciativa tem dimensões muito maiores do que a real necessidade. O ministro tem afirmado que, embora projetado para trazer profissionais para áreas carentes, o Mais Médicos se estabeleceu também em capitais. Diante dessa avaliação, as reposições de vagas foram feitas de forma controlada. E várias regiões metropolitanas ficaram sem profissionais substitutos.

Essa ideia, no entanto, pode ser revista e vagas serem novamente preenchidas onde há

bolsões de pobreza, independentemente de a região ser central ou afastada. Os critérios para preenchimento ficariam, assim, mais próximos daqueles usados quando o programa foi lançado. Pelos cálculos de técnicos do ministério, ouvidos pelo Estado, com o novo parâmetro, cerca de 3,6 mil municípios receberiam profissionais.

É nosso sonho. Queremos trabalhar, diz cubana

A possibilidade de reintegração é festejada pelos cubanos. “É nosso sonho. Queremos trabalhar, voltar a atender a população”, afirmou a médica Niurka Valdes. Há alguns meses, os profissionais se uniram numa associação para lutar pela volta ao programa. Hoje, são 1.869 na chamada Aspromed. Como o Estado mostrou em reportagem em abril, muitos sobrevivem na informalidade, fazendo bicos em lojas, vendendo alimentos em barracas de rua. Niurka teve sorte e faz tarefas burocráticas em um hospital em Cidade Ocidental, a cerca de uma hora e meia de Brasília.

O fato de a proposta ser de reincorporação temporária não retira o entusiasmo do grupo. “Uma vez concretizada a proposta, podemos contratar um curso preparatório para o Revalida para todos os cubanos”, planeja a médica. “Vamos investir. Não queremos fugir do Revalida”, assegura. O grupo há meses aguarda socorro do governo brasileiro. Quando Cuba anunciou o fim do acordo para o provimento de médicos no Brasil, o então ministro da Saúde, Gilberto Occhi, afirmou que os profissionais que decidissem ficar no País não ficariam desassistidos. O socorro ainda não chegou.

A proposta de fazer uma reintegração temporária há tempos é avaliada pela equipe do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Mas o tema sempre foi cercado de cuidados, sobretudo, para não criar animosidade com entidades médicas. Uma das maiores preocupações da pasta é evitar que a concessão feita a profissionais cubanos dê margem para que outros médicos, como brasileiros formados no exterior, queiram tratamento semelhante.

Daí o controle para que apenas os profissionais cubanos que já atuaram no programa e realizaram toda a capacitação sejam readmitidos por um período determinado. Seria uma espécie de “renovação tardia” dos contratos. Quando profissionais cubanos chegaram no País, a partir de 2013 para trabalhar no Mais Médicos, a ideia era a de que eles permanecessem apenas por um período de três anos. Ao fim do prazo, no entanto, o governo emitiu uma medida prorrogando por três anos a permanência.

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo 

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações

pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Fies do segundo semestre divulga lista de candidatos pré-selecionados
Segundo o MEC, 50 mil contratos de financiamento a juro zero serão oferecidos,
além de outros 100 mil contratos via P-Fies.**

A lista de candidatos pré-aprovados no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para o segundo semestre foi divulgada às 20h desta terça-feira (9).

A consulta deve ser feita pelo site do programa. Mas, com o site instável, muitos candidatos reclamaram nas redes sociais de dificuldade para carregar o resultado.

Em um teste feito pelo G1, os botões "ver meu resultado" e "complementar minha inscrição" levavam novamente à mesma página inicial. Em outro momento, clicar nesses botões ou acessar o site do programa encaminhava o usuário a uma página de "sistema em manutenção".

Após cerca de 15 minutos de instabilidade, o sistema voltou a funcionar e os candidatos começaram a relatar nas redes sociais que haviam conseguido consultar seus resultados.

Ordem de classificação

A ordem de classificação seguirá as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão oferecidos 150 mil contratos, dos quais 50 mil terão juro zero.

Confira a íntegra do edital

Próximos prazos

Após a pré-seleção, os candidatos terão entre os dias 10 e 12 de julho para fecharem o contrato. A chamada da lista de espera será aberta entre 15 de julho e 23 de agosto.

O Fies é um programa de financiamento para estudantes cursarem o ensino superior em universidades privadas. Ele é aberto para quem fez o Enem a partir de 2010, teve nota igual ou maior que 450 nas cinco provas, não zerou na redação e tem renda familiar mensal per capita de até 3 salários mínimos, para o financiamento do Fies; e entre três e cinco salários mínimos, para o P-Fies.

Calendário Fies

Inscrições: 25 de junho a 1º de julho

Pré-seleção: 9 de julho

Contratação: 10 a 12 de julho

Chamada da lista de espera: 15 de julho a 23 de agosto

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Enem 2019: MEC oferece R\$ 684 para professores da rede pública do AP aplicarem provas

Inscrição on-line segue até 22 de julho e selecionados vão atuar no dia da aplicação, em 3 e 10 de novembro.

Professores das redes públicas federal, estadual e municipal do Amapá podem se inscrever até 22 de julho para atuar na organização e aplicação de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcadas para 3 e 10 de novembro. A atuação como certificador garante remuneração de R\$ 342 por dia de prova.

Confira edital para seleção de certificadores

A seleção feita pelo Ministério da Educação (MEC) será através de um curso de capacitação à distância. As inscrições podem ser feitas pelo site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), organizador do exame.

Servidores públicos federais também poderão se inscrever para atuar na Rede Nacional de Certificadores (RNC) do Enem. O edital de convocação não detalha quantas vagas foram disponibilizadas para o Amapá.

"Nos dias de prova os certificadores atuarão como representantes do Inep, conferindo vários procedimentos nos locais onde o Enem estiver sendo aplicado", detalhou o Inep em comunicado.

A atuação será de seis horas por dia de exame, e o interessado deve seguir uma série de critérios para participação e seleção, entre elas:

Ser docente da rede estadual ou municipal de ensino, efetivo e registrado no Censo Escolar 2018;

Ter formação mínima em nível médio;

Não estar inscrito como participante do Enem 2019;

Não ter cônjuges/companheiros ou parentes – em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau – inscritos no Enem 2019;

Não ter vínculo com as atividades do processo logístico de elaboração, impressão, distribuição, aplicação ou observação da aplicação do exame, e nem com o processo de correção da redação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Após bloqueio de recursos do MEC, UFBA reduz 12% da verba da limpeza
Informação foi anunciada através de nota no site da instituição. Universidade já tinha reduzido o horário de funcionamento durante recesso de semestre letivo, para economizar.**

A Universidade Federal da Bahia (Ufba) fez uma redução de 12,38%, o que corresponde a R\$ 1,08 milhão, no contrato de prestação de serviços de limpeza. A informação foi anunciada no site da instituição.

O contrato de prestação de serviços de limpeza com a empresa que atende a toda a Universidade venceu na terça-feira (9), e a previsão é de que ele fosse prorrogado por um período adicional de seis meses, já com essa diminuição na verba.

A redução ocorre após bloqueio de 30% dos recursos pelo Ministério da Educação (MEC). Além dessa economia na área da limpeza, a UFBA já havia anunciado que de 8 de julho até 2 de agosto, período do recesso de semestre letivo, a universidade funciona em horário especial como forma de economizar.

Sobre a redução da verba na área da limpeza, a universidade informou que a diminuição nos custos também afetará os serviços. Diante da situação, a limpeza das áreas internas será mantida, mas a limpeza das áreas externas será reduzida.

Nove unidades da área de saúde cobertas pelo contrato, que, por conta dos riscos de

contaminação, não podem ter a limpeza reduzida são: Instituto de Ciências da Saúde, Faculdade de Odontologia, Hospital de Medicina Veterinária, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Medicina da Bahia, Escola de Enfermagem, Escola de Nutrição e Instituto de Saúde Coletiva, em Salvador; e Instituto Multidisciplinar em Saúde, em Vitória da Conquista.

Portanto, ao reduzir o tamanho da área física a ser limpa, a UFBA informou que busca assegurar que não haja sobrecarga para os trabalhadores.

A Universidade Federal da Bahia (Ufba) teve R\$ 37,3 milhões bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) após decisão do chefe da pasta, ministro Abraham Weintraub, de cortar recursos de universidades federais do país, em abril deste ano.

Já em maio, a Ufba informou que o bloqueio já passava dos R\$ 55 milhões.

O corte de repasses às instituições federais em todo o Brasil virou o centro de polêmica no país após o anúncio de corte feito pelo ministro da Educação, em entrevista ao Estado de São Paulo. Na ocasião, Abraham Weintraub disse que os cortes ocorreriam nas universidades federais que apresentassem desempenho acadêmico fora do esperado e, ao mesmo tempo, estivessem promovendo "balbúrdia".

Na lista, estavam, inicialmente, somente a Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois, o governo disse que a medida valeria para todas as universidades e institutos federais.

Atualmente, a Ufba tem 40 mil alunos, divididos entre os três campi da instituição, em Salvador, Camaçari, na região metropolitana, e Vitória da Conquista, no sudoeste do estado. A universidade oferece 105 cursos de graduação e 136 de pós-graduação (54 doutorados e 82 mestrados).

A instituição é a 1ª do Nordeste, a 10ª brasileira e a 30ª da América Latina no ranking Times Higher Education (THE), da revista inglesa Times, que avalia 1.250 universidades de 36 países. Apenas 15 brasileiras estão entre as mil melhores do mundo, e 36 entre as 1.100.

[topo](#)

GAZETA ONLINE - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

ATRATIVIDADE

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

BASE DE FORMAÇÃO DOCENTE

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões,

que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

PARTICIPAÇÃO

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

[topo](#)

GAZETA WEB - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um

conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas

públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

(Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

O POVO ONLINE - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capex [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência

Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana

Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de

ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC disponibiliza resultado do Fies na internet

Nesta edição do programa de financiamento estudantil, foram ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero

O resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies já está disponível para consulta na página do programa na internet e nas instituições de ensino superior participantes. O resultado foi divulgado pelo Ministério da Educação nesta terça-feira 9, por volta das 20h.

Nesta edição, foram ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta quarta-feira 10. Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de quarta-feira 10 até sexta-feira 12.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

O programa

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda. A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC divulga resultado do Fies na internet e instituições de ensino

Nesta edição, foram ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. Os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição entre quarta e sexta-feira

O resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies já está disponível para consulta na página do programa na internet e nas instituições de ensino superior participantes. O resultado foi divulgado pelo Ministério da Educação nesta terça-feira (9), por volta das 20h.

Nesta edição, foram ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta quarta-feira (10).

Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de quarta-feira (10) a sexta-feira (12).

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. "Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não", disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas

públicas se estende até 2023. "Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho."

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. "Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas". A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para "ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base", conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. "No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução", adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC divulga lista de aprovados no Fies; confirma

O MEC (Ministério da Educação) divulgou na noite de hoje o resultado do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) juro zero e do P-Fies para o segundo semestre. Nesta edição, são ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. O resultado está disponível na internet, na página do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta terça-feira (9). Já os selecionados na modalidade Fies juro zero devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação. Pode concorrer quem fez uma das edições do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O Fies passou por mudanças em 2018 e agora tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar por pessoa de até três salários mínimos. O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar entre três e cinco salários mínimos por pessoa.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de desenvolvimento.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

Algumas espécies de 13 mosquitos podem ser vetores da malária

Algumas das 13 espécies de mosquitos anofelinos encontradas e estudadas em Porto Velho podem ser potenciais vetores do plasmódio da malária. Essa diversidade faunística surpreendeu pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz Rondônia (Fiocruz Rondônia).

São mosquitos conhecidos como suvelas ou mosquitos-prego. Os resultados dessa pesquisa serão apresentados em seis e-pôsteres digitais, no Congresso de Medicina Tropical, de 27 a 31 de julho, em Belo Horizonte (MG).

A pesquisadora da Fiocruz Rondônia Genimar Rebouças Julião coordenou a equipe que começou a estudá-los em 2017, no projeto Avaliação do Potencial Sinantrópico de Insetos Vetores em Áreas Urbanas e Periurbanas de Porto Velho.

Esse estudo teve apoio financeiro do Programa de Apoio à Pesquisa (PAP) da Fundação de Amparo ao desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas (Fapero). O programa é conhecido por Pró-Rondônia e também contou com recursos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, do Ministério da Educação.

“Nessa avaliação comparativa dos ambientes de mata, parques, matas de igarapé, e a área urbanizada, estudamos a ocorrência de mosquitos que se acreditava serem tipicamente de floresta e também frequentam os arredores de casas em Porto Velho”, ela diz.

Pesquisadora Genimar Rebouças Julião coordenou estudos sobre mosquitos Potencial sinantrópico, segundo ela explica, diz respeito à capacidade de adaptação de organismos ao ambiente humano, situação observada para algumas espécies de insetos. “Essa adaptação também é chamada de domiciliação.

O melhor exemplo que verificamos nos tempos atuais é o da espécie *Aedes aegypti*, o mosquito da Dengue, Zika e Chikungunya.

Essa espécie tem como ancestral uma linhagem típica das florestas da África”. Quanto aos anofelinos, o *Anopheles darlingi* é o principal vetor da malária na região Norte e tem predominância em áreas periurbanas (84-99%). Porém, em áreas urbanas essa dominância reduz (42-56%), e outras espécies de mosquito frequentam os arredores das casas, tais como *An. strodei* e *An. triannulatus*.

“Já que outros anofelinos podem transmitir essa doença, nas próximas etapas do projeto esses mosquitos serão analisados por técnicas moleculares para a presença de *Plasmodium spp.*, o protozoário causador da malária”, ela assinala. Mas antes dessas análises, os mosquitos estão sendo seccionados (cortados), de maneira a se investigar a porção do inseto que mais representa a possibilidade de infectar humanos.

Vários grupos de insetos potencialmente vetores estão sendo estudados pela Fiocruz Rondônia, entre eles, o mosquito da Dengue, mosquito doméstico, maruins, barbeiros e flebotomíneos, esse último conhecido também catuquirá.

Segundo a pesquisa, além dos anofelinos, outros tipos de mosquitos são encontrados em Porto Velho. Eles pertencem aos gêneros *Culex*, *Mansonia*, *Psorophora* e *Wyeomyia*.

“Constatamos também que o mosquito doméstico *Culex quinquefasciatus* foi muito frequente e abundante nas casas de Porto Velho; essa espécie se cria em fossas e em águas com muita matéria orgânica”, diz.

VETOR DO VÍRUS DA FEBRE OROPOUCHE

A pesquisa também investiga os maruins, também chamados de mosquito-pólvora, porvinha ou meruin. Até o momento foram coletados 1.912 exemplares, dos quais 12 eram *Culicoides paraensis*, principal espécie vetora do vírus da Febre do Oropouche.

A origem do nome Oropouche deve-se a uma localidade de Trinidad e Tobago, aonde houve o primeiro registro da doença. Esse foi o primeiro registro desse inseto para área

urbana e periurbana do município de Porto Velho, e tem grande relevância, dado o histórico de epidemias de Oropouche em populações humanas de Rondônia.

CAMPANHA NO WHATSAPP IDENTIFICA O BARBEIRO

A pesquisa também obteve bons resultados com triatomíneos, também chamados de barbeiros, os vetores do *Trypanosoma cruzi*, causador da doença de Chagas.

A equipe adotou um aplicativo multiplataforma denominado WhatsBarb, pelo qual as pessoas perguntam e enviam fotos de insetos que se parecem com barbeiros.

“Em cinco meses tivemos 113 participantes de 14 estados do Brasil; 78,7% dos contatos foram de Rondônia, e aproximadamente 50% de Porto Velho”, conta. As pessoas enviaram fotos de insetos, dos quais 19 eram de triatomíneos, 73 percevejos fitófagos (sugadores, se alimentam de produtos vegetais); nove predadores (se alimentam de insetos), e 12 besouros variados.

“Além disso, um exemplar de percevejo predador no bairro Novo nos revelou claramente a lacuna a respeito da biodiversidade rondoniense, por isso é necessária a identificação”, propõe Genimar.

Esse exemplar de reduvídeo, predador da subfamília Sphaeridopinae, permitirá que especialistas estudem a revalidação de uma espécie ou a sua manutenção como sinonímia de outra descrita anteriormente.

VETORES DE LEISHMANIOSES

A coleta de flebotomíneos alcançou menos de 100 insetos, o que era esperado, já que são associados a áreas de florestas. As espécies mais representativas foram *Nyssomyia antunesi*, *Bichromomyia flaviscutellata* e *Psychodopygus davisii*, consideradas vetores de leishmaniose no Brasil.

Genimar Julião enfatizou ainda que a pesquisa sobre insetos vetores requer muita persistência e dedicação. “Graças à sua equipe de alunos e técnicos, temos resultados muito interessantes em um curto prazo de tempo”. Segundo a pesquisadora, esse é um reflexo da Chamada PAP Pró Rondônia: “Além de prover recursos para a pesquisa, ele concedeu bolsas aos alunos, o que permitiu agregar mais pessoas à equipe”, assinalou.

QUEM É A PESQUISADORA

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1996, Genimar tem mestrado em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutorado em Biologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

CONGRESSO DE MEDICINA TROPICAL

* O 55º Congresso de Medicina Tropical de 2019 será realizado de 28 a 31 de julho, em Belo Horizonte (MG). O evento será realizado conjuntamente com o 26º Congresso

Brasileiro de Parasitologia, a 34ª Reunião de Pesquisa Aplicada em Doença de Chagas e 22ª Reunião de Pesquisa Aplicada em Leishmanioses. Veja o site

topo ↕

PÁGINA RURAL - NOTÍCIAS

DF - cientistas produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel, diz Embrapa Agroenergia

Pesquisadores da Embrapa Agroenergia (DF) estão usando a glicerina gerada no processo de produção de biodiesel para obter compostos químicos valorizados pela indústria. O coproduto é usado por microrganismos como fonte de carbono para a produção de ácidos orgânicos e outras substâncias (polióis, dióis e cetonas) que podem ser vendidas para indústrias farmacêuticas, alimentícias, cosméticas e químicas. Isso significa que, com o aproveitamento desse coproduto, a indústria poderá lucrar entre dez e 100 vezes mais do que comercializar a glicerina bruta, a depender do composto químico produzido e para qual finalidade.

Trata-se de um destino mais nobre e uma forma de valorizar a glicerina, que costuma ser vendida em sua forma bruta ou purificada, ou ainda queimada nas próprias usinas de biodiesel para gerar energia. A glicerina é gerada na produção do biodiesel e provém da mistura de um álcool com um óleo vegetal ou gordura animal, reação que é acelerada com a adição de um catalisador químico para formar o combustível. Dessa reação surge um volume composto aproximadamente de 90% de biodiesel e 10% de glicerina.

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2018 foram produzidos mais de 5,3 milhões de metros cúbicos de biodiesel.

O projeto de pesquisa teve duração de quatro anos e obteve bons resultados ao avaliar gliceras oriundas do biodiesel fabricado a partir de soja e dendê. “Conseguimos mostrar que esses processos de bioconversão são viáveis tecnicamente e que é possível produzir compostos químicos de interesse comercial a partir da glicerina bruta com um rendimento igual ou até mesmo superior ao obtido com a glicerina pura”, destaca a pesquisadora da Embrapa Agroenergia Mônica Damaso, que coordenou os trabalhos. Com o projeto, foi possível selecionar microrganismos que conseguem utilizar a glicerina bruta e convertê-la em diferentes compostos químicos. “Vários microrganismos podem ser utilizados no processo, como bactérias, leveduras ou fungos filamentosos”, informa a pesquisadora.

Em busca de parceiros

Damaso conta que a próxima etapa do projeto envolve a busca de parcerias com a iniciativa privada. Com isso, os pesquisadores querem aumentar a escala de produção dos compostos químicos para uma etapa em biorreator em bancada. Segundo Mônica Damaso, posteriormente, pretende-se fazer testes para obtenção desses compostos químicos em escala-piloto, que futuramente possam ser produzidos comercialmente por empresas parceiras.

A pesquisa se fundamentou em três pilares: seleção de microrganismos, métodos analíticos para identificação e quantificação dos compostos e processos de biotransformação da matéria-prima nos compostos químicos.

O primeiro grupo envolve a seleção de microrganismos, sejam aqueles isolados da natureza durante o projeto ou os já pertencentes à coleção da Embrapa Agroenergia.

Eles são avaliados quanto à capacidade de produção dos compostos químicos de interesse a partir da glicerina.

Como uma grande quantidade de compostos é gerada, é fundamental o desenvolvimento de métodos rápidos e sensíveis para identificar esses produtos e quantificar o nível de produção. Os pesquisadores conseguiram elaborar um método capaz de aumentar em doze vezes a velocidade de identificação dos compostos.

No início do projeto, apenas 24 amostras eram analisadas por dia. No fim dos trabalhos já era possível analisar 288. Isso se tornou possível porque o método - que era totalmente manual para as etapas de injeção, calibração e limpeza - tornou-se totalmente automatizado.

Em relação à quantificação dos compostos químicos, foram desenvolvidos dois métodos. Um possibilita identificar e quantificar até dez ácidos orgânicos e o outro, até 11 polióis em apenas 20 minutos.

“É importante desenvolver novos métodos capazes de processar uma quantidade maior de amostras em menor tempo justamente pela economia de tempo dos equipamentos e diminuição dos resíduos gerados durante o processamento dessas amostras. Além de serem mais rápidos, os métodos criados são mais ecológicos, gerando menor impacto para o meio ambiente”, explica o analista da Embrapa José Antônio Ribeiro.

No processo de produção por biotransformação da glicerina, são estudados os fatores que aumentam o rendimento da produção dos compostos químicos de valor agregado. “Conseguimos produzir alguns compostos utilizando glicerina bruta, seja a comercial produzida no Brasil, que utiliza 75% de soja, ou também a produzida a partir do dendê, que era a biomassa foco do projeto”, revela Damaso.

Projeto Bioglic

Os trabalhos de pesquisa fizeram parte do projeto Bioglic - Aproveitamento da glicerina coproduto da produção de biodiesel para obtenção de químicos visando agregar valor à cadeia produtiva do dendê. Além da Embrapa Agroenergia, participam pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental (AM) e do Instituto Militar de Engenharia (IME) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**

Fonte: Embrapa Agroenergia

[topo](#)

RONDÔNIA DINÂMICA - TEMPO REAL

Algumas das 13 espécies de mosquitos em Porto Velho podem ser vetores do plasmódio da malária, revela pesquisadora

Anopheles darlingi é a espécie mais encontrada no entorno de Porto Velho; há outras. Pesquisadora Genimar Rebouças Julião coordenou estudos sobre mosquitos

Algumas das 13 espécies de mosquitos anofelinos encontradas e estudadas em Porto Velho podem ser potenciais vetores do plasmódio da malária. Essa diversidade faunística surpreendeu pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz Rondônia (Fiocruz Rondônia).

São mosquitos conhecidos como suvelas ou mosquitos-prego. Os resultados dessa pesquisa serão apresentados em seis e-pôsteres digitais, no Congresso de Medicina Tropical, de 27 a 31 de julho, em Belo Horizonte (MG).

A pesquisadora da Fiocruz Rondônia Genimar Rebouças Julião coordenou a equipe que começou a estudá-los em 2017, no projeto Avaliação do Potencial Sinantrópico de Insetos Vetores em Áreas Urbanas e Periurbanas de Porto Velho.

Esse estudo teve apoio financeiro do Programa de Apoio à Pesquisa (PAP) da Fundação de Amparo ao desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas (Fapero). O programa é conhecido por Pró-Rondônia e também contou com recursos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, do Ministério da Educação.

“Nessa avaliação comparativa dos ambientes de mata, parques, matas de igarapé, e a área urbanizada, estudamos a ocorrência de mosquitos que se acreditava serem tipicamente de floresta e também frequentam os arredores de casas em Porto Velho”, ela diz.

Potencial sinantrópico, segundo ela explica, diz respeito à capacidade de adaptação de organismos ao ambiente humano, situação observada para algumas espécies de insetos. “Essa adaptação também é chamada de domiciliação. O melhor exemplo que verificamos nos tempos atuais é o da espécie *Aedes aegypti*, o mosquito da Dengue, Zika e Chikungunya. Essa espécie tem como ancestral uma linhagem típica das florestas da África”.

Quanto aos anofelinos, o *Anopheles darlingi* é o principal vetor da malária na região Norte e tem predominância em áreas periurbanas (84-99%). Porém, em áreas urbanas essa dominância reduz (42-56%), e outras espécies de mosquito frequentam os arredores das casas, tais como *An. strodei* e *An. triannulatus*.

“Já que outros anofelinos podem transmitir essa doença, nas próximas etapas do projeto esses mosquitos serão analisados por técnicas moleculares para a presença de *Plasmodium spp.*, o protozoário causador da malária”, ela assinala. Mas antes dessas análises, os mosquitos estão sendo seccionados (cortados), de maneira a se investigar a porção do inseto que mais representa a possibilidade de infectar humanos.

Vários grupos de insetos potencialmente vetores estão sendo estudados pela Fiocruz Rondônia, entre eles, o mosquito da Dengue, mosquito doméstico, maruins, barbeiros e flebotomíneos, esse último conhecido também catuquira.

Segundo a pesquisa, além dos anofelinos, outros tipos de mosquitos são encontrados em Porto Velho. Eles pertencem aos gêneros *Culex*, *Mansonia*, *Psorophora* e *Wyeomyia*.

“Constatamos também que o mosquito doméstico *Culex quinquefasciatus* foi muito frequente e abundante nas casas de Porto Velho; essa espécie se cria em fossas e em águas com muita matéria orgânica”, diz.

VETOR DO VÍRUS DA FEBRE OROPOUCHE

A pesquisa também investiga os maruins, também chamados de mosquito-pólvora,

porvinha ou meruin. Até o momento foram coletados 1.912 exemplares, dos quais 12 eram *Culicoides paraensis*, principal espécie vetora do vírus da Febre do Oropouche.

A origem do nome Oropouche deve-se a uma localidade de Trinidad e Tobago, aonde houve o primeiro registro da doença. Esse foi o primeiro registro desse inseto para área urbana e periurbana do município de Porto Velho, e tem grande relevância, dado o histórico de epidemias de Oropouche em populações humanas de Rondônia.

CAMPANHA NO WHATSAPP IDENTIFICA O BARBEIRO

A pesquisa também obteve bons resultados com triatomíneos, também chamados de barbeiros, os vetores do *Trypanosomacruzi*, causador da doença de Chagas.

A equipe adotou um aplicativo multiplataforma denominado WhatsBarb, pelo qual as pessoas perguntam e enviam fotos de insetos que se parecem com barbeiros.

“Em cinco meses tivemos 113 participantes de 14 estados do Brasil; 78,7% dos contatos foram de Rondônia, e aproximadamente 50% de Porto Velho”, conta. As pessoas enviaram fotos de insetos, dos quais 19 eram de triatomíneos, 73 percevejos fitófagos (sugadores, se alimentam de produtos vegetais); nove predadores (se alimentam de insetos), e 12 besouros variados.

“Além disso, um exemplar de percevejo predador no bairro Novo nos revelou claramente a lacuna a respeito da biodiversidade rondoniense, por isso é necessária a identificação”, propõe Genimar.

Esse exemplar de reduviídeo, predador da subfamília *Sphaeridopinae*, permitirá que especialistas estudem a revalidação de uma espécie ou a sua manutenção como sinonímia de outra descrita anteriormente.

VETORES DE LEISHMANIOSES

A coleta de flebotomíneos alcançou menos de 100 insetos, o que era esperado, já que são associados a áreas de florestas. As espécies mais representativas foram *Nyssomyia antunesi*, *Bichromomyia flaviscutellata* e *Psychodopygus davisii*, consideradas vetores de leishmaniose no Brasil.

Genimar Julião enfatizou ainda que a pesquisa sobre insetos vetores requer muita persistência e dedicação. “Graças à sua equipe de alunos e técnicos, temos resultados muito interessantes em um curto prazo de tempo”. Segundo a pesquisadora, esse é um reflexo da Chamada PAP Pró Rondônia: “Além de prover recursos para a pesquisa, ele concedeu bolsas aos alunos, o que permitiu agregar mais pessoas à equipe”, assinalou.

QUEM É A PESQUISADORA

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1996, Genimar tem mestrado em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutorado em Biologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

* O 55º Congresso de Medicina Tropical de 2019 será realizado de 28 a 31 de julho, em Belo Horizonte (MG). O evento será realizado conjuntamente com o 26º Congresso Brasileiro de Parasitologia, a 34ª Reunião de Pesquisa Aplicada em Doença de Chagas e 22ª Reunião de Pesquisa Aplicada em Leishmanioses.

[topo](#)

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Comissões debatem na quinta relações entre comunidade universitária e governo federal

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Educação realizam nesta quinta-feira (11) audiência pública para debater as relações institucionais entre os diversos setores da comunidade universitária e o governo federal.

Foram convidados:

- o ministro da Educação, Abraham Weintraub;
- o coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Antônio Alves Neto;
- a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé da Silva;
- representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e da União Nacional dos Estudantes (UNE)

As autoras do requerimento para o debate, deputadas Margarida Salomão (PT-MG) e Sâmia Bomfim (PSol-SP), consideram que as relações entre entidades representativas da comunidade universitária e o MEC encontram-se paralisadas neste momento. “Neste sentido, achamos de fundamental importância que o conjunto das entidades que representam os mais diversos setores da comunidade universitária possam ter oportunidade de propor e ouvir do Ministro da Educação as diretrizes e perspectivas políticas do MEC para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro”, justificam.

A audiência ocorrerá às 10 horas no plenário 11 das comissões e será interativa. Os internautas poderão assistir e enviar perguntas aos participantes.

[topo](#)

FOLHA DE UBERABA - TEMPO REAL

Mestrado em Biociências Aplicadas abre processo seletivo

O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Biociências Aplicadas - Piba da UFTM oferece 11 vagas em processo de seleção de candidatos, nas áreas de concentração "Materiais Aplicados em Biociências", seis vagas, e "Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos", cinco. São dez vagas de acesso universal e uma reservada no âmbito das Ações Afirmativas.

O Mestrado Acadêmico Interdisciplinar destina-se a biólogos, médicos, biomédicos, fisioterapeutas, odontólogos, químicos, farmacêuticos, físicos, engenheiros, matemáticos, cientistas da computação e outros profissionais.

As inscrições serão realizadas de 8 a 19 de julho, presencialmente na Secretaria do Programa, situada na Rua Vigário Carlos, 100, na Sala 311 no 3º andar, no horário de

atendimento de segunda à sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 13 às 16 horas. As inscrições também poderão ser feitas pelo correio eletrônico sec.piba@uftm.edu.br. A documentação exigida deve ser encaminhada em formato PDF via e-mail.

Conforme previsto no edital, a seleção constará de duas etapas: prova escrita, de caráter eliminatório, e análise de currículo, classificatório. A prova escrita será aplicada no dia 1º de agosto, em horário e local a ser divulgado no dia 29 de julho na página do Piba e na Secretaria do Programa.

O resultado preliminar será publicado no dia 7 de agosto, e o resultado final no dia 12 de agosto. A matrícula dos candidatos aprovados será realizada nos dias 13 e 14 de agosto, das 8h às 12h e das 13h às 16h, na Secretaria do Piba.

O Programa tem nota três na área de Materiais da **Capes** e conta com quatorze docentes permanentes vinculados a três institutos da UFTM – ICBN, ICENE e ICTE, abrangendo as disciplinas básicas de Biologia, Física, Química, Bioquímica e áreas aplicadas.

Mais informações, acesse a íntegra do Edital nº16 e anexos.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Atraso no Brasil - formamos doutores, para formar doutores... que formam doutores

Nos países economicamente bem-sucedidos, as pesquisas científicas estão em sintonia com o desenvolvimento econômico e o crescimento das empresas – que geram lucros e empregos. No Brasil, os cursos de pós-graduação, em geral, replicam pesquisas estrangeiras e vivem em “looping”: formam doutores, para formar doutores, que formam doutores... Enquanto isso, os problemas estruturais do país continuam sem solução.

Esse é o alerta de Silvio Meira, professor do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Escola de Direito do Rio Da FGV, e também empreendedor e idealizador do projeto Porto Digital, em Recife.

Em entrevista à Gazeta do Povo, ele faz críticas ao abismo que existe no Brasil entre as universidades e as empresas e aponta soluções.

Muitos doutores/pesquisadores nas universidades no Brasil trabalham em pesquisas que contribuem pouco para o desenvolvimento do país. Por que isso acontece?

Isso ocorre porque falta uma agenda que envolva o poder público, as universidades e as empresas para resolver os grandes problemas nacionais, como foi na época da Embrapa, da Embraer, ou da indústria bélica nacional, nas décadas de 1960 e 1970.

Na época da Embrapa, diante do grande desafio da seca no Semiárido, ou mesmo antes, no período 1950/60, havia a preocupação de formar gente dedicada ao estudo, por exemplo, de doenças tropicais e do controle dessas doenças por meio das vacinas desenvolvidas pelo Instituto Oswaldo Cruz. Nesse período de formação da Ciência Médica brasileira, o estudo sobre doenças tropicais esteve na vanguarda em todo o mundo, como é sabido.

Hoje podemos dizer que o Brasil está há 30 anos sem desafios. E mais ainda: o sistema entrou em looping, formamos doutores, para formar doutores, que formam doutores!

Quais são as consequências desse cenário?

O Brasil passou a consumir a linha de pesquisa da comunidade científica global! Batemos cabeça desde a década de 1990 nessa questão. Nas instituições de ensino no Brasil, a vasta maioria dos laboratórios existentes dá continuidade a pesquisas feitas por algum membro que as realizou em seu doutorado em instituições no exterior. Há laboratórios de Química, de Física, de Computação ou de Biologia que replicam, tal qual, a linha de pesquisa realizada em escolas internacionais.

Essa comunidade científica global tem programas estratégicos próprios de desenvolvimento de pesquisa e inovação e, conseqüentemente, de financiamento para empresas voltadas à criação de fármacos, de linhas de defensivos agrícolas, de veículos, de motores, de sistemas de computação, entre outros, mas sempre seguindo a agenda dos países de origem.

Há décadas não temos no Brasil uma articulação dos grandes desafios nacionais que precisam de insumos de ciências, tecnologia e inovação para que o Brasil aumente a sua competitividade.

Leia também: Universidades produzem milhares de pesquisas, mas impacto global é pequeno

Como fazer com que os pesquisadores contribuam para o desenvolvimento do país?

A primeira pergunta que deve ser feita é: o que o país quer fazer? Essa é a grande pergunta que o país precisa responder para depois estabelecer uma agenda e determinar políticas públicas de financiamento a pesquisas direcionadas.

E problemas a resolver não faltam. Um exemplo: a seca do Nordeste. Essa região vive em crise estrutural desde os tempos do Império. D. Pedro II foi o primeiro governante que a visitou e declarou, na seca de 1870, que era preciso buscar uma solução.

Como se resolve a seca do Nordeste? Não vai chover, pois o clima é semiárido. Então, a solução vem da tecnologia. É preciso um estudo abrangente, que detecte a vocação específica para determinados tipos de cultura, para se criar uma estratégia e uma economia de impacto e lucratividade. O estudo e as possíveis hipóteses poderiam ser levantadas por meio de pesquisas acadêmicas, com bolsas dos conhecidos órgãos financiadores.

Há bons exemplos nesse sentido.

Sim, Petrolina é um deles. Situada no semiárido, como outras cidades, Petrolina recebeu projetos na área de agricultura de frutas, com modificação nos processos de germinação, crescimento e adição de açúcar, com resultados palpáveis. A agricultura local tornou-se competitiva e exporta seus produtos para o mundo todo. Hoje, as frutas de Petrolina abastecem supermercados europeus.

O mesmo poderia se dar em outros desafios nacionais, empregando estudos desenvolvidos na esfera acadêmica.

Certamente! É possível considerar outras regiões, até mesmo aquelas sem o problema de seca estrutural, e implantar nelas propostas que vão otimizar os recursos locais. Se não prospectamos e não tentamos entender, não saberemos o que fazer!

O Brasil tem a maior costa contínua do mundo, com 8,5 mil quilômetros. A partir de Recife, são 500 quilômetros até Fernando de Noronha. E a partir daí, são mais 360 quilômetros até totalizar as 200 milhas brasileiras. São quase mil quilômetros de águas! O que pode começar a ser produzido de forma rentável e sustentável?

Enquanto estamos sentados fazendo nada, há pescadores chineses pescando em águas brasileiras. Poderíamos, no mínimo, exportar muito mais peixes para o mundo todo.

O que falta para mudar essa realidade e mercado e academia possam atuar em harmonia?

O grande problema do Brasil é a falta de estratégia. Estratégia é o que dá foco. É o que nos obriga a fazer perguntas complicadas, sofisticadas e complexas. Estratégia nos obriga a estabelecer limite para ações com os recursos de que dispomos.

Não adianta dizer que o Brasil vai ter um programa espacial porque temos uma base espacial à altura da linha do Equador. Isso é irrelevante! Não adianta dizer que a biodiversidade da Amazônia é fantástica e temos que explorar. Não se explora simplesmente a biodiversidade. É preciso ir à Amazônia e descobrir, por exemplo, um determinado microssapo dotado de certa substância que, trabalhada em laboratório, possa dar origem a uma vacina. O passo seguinte seria sintetizar essa molécula em laboratório. Ou seja, se existe a biodiversidade, é preciso estudá-la e protegê-la.

Há uma ingenuidade no Brasil que identifica explorar com exterminar um recurso. Nós nos esquecemos do passado e da história. Quando Henry Ford montou, nos anos 1920, a “Fordlândia” no miolo da Amazônia, o magnata norte-americano queria produzir borracha para pneus a partir dos nossos seringais. Mas a hostilidade foi tal que o projeto parou. E as seringueiras foram transportadas para o Pacífico – Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas. E o programa acabou.

Como está o Brasil no cenário internacional de produção científica?

O Brasil não é um competidor em Ciência e Tecnologia para nenhum país da União Europeia, nem para os Estados Unidos, nem para a China, nem para o Japão, nem para a Rússia. Esses países têm agendas muito mais sofisticadas e complexas e muito mais recursos para investir.

O Brasil compete com a Colômbia em determinados setores; com o Chile, no campo da pesquisa e tecnologia de minérios; com a África do Sul na produção de alguns vinhos; com a Malásia, que está muito à frente de nós no quesito inovação e ambiente de negócios. Compete com a Tailândia, Indonésia e Filipinas, países que são da nossa classe.

Há aqui alguns membros da comunidade científica que acreditam na competitividade com os Estados Unidos. Nos EUA, lançam-se projetos com 10 bilhões de dólares. Aqui os projetos têm 100 mil reais, o que é uma gota d'água no oceano.

Leia também: Existe salvação fora da universidade. E ela está no ensino técnico

O Brasil está entre os países com a maior produção de artigos acadêmicos. Se ele não é relevante, na prática, então, o que isso significa?

Temos um país do tamanho do Brasil que não tem nenhum plano para competir globalmente. O Brasil vai muito bem em publicação de papers. Mas a maioria dos papers não tem uma função econômica, não avança conhecimento: é só mais um paper, é produção em números.

A maior parte das grandes empresas globais que está no Brasil não depende da pesquisa aqui realizada para tornar-se competitiva. Ao mesmo tempo, poucas empresas brasileiras competem no mercado global, logo, precisam de conhecimento e inovação produzidos aqui para poder competir.

O resultado é que construímos uma infraestrutura de Ciência e Tecnologia em que contemplamos a formação de 25 mil doutores ao ano. Trata-se de um número gigantesco e superior ao do restante do mundo, dotado de competências humanas para as quais não existe demanda significativa.

Na Holanda, por exemplo, só 50% dos pesquisadores trabalham na universidade. Os demais doutores vão trabalhar em empresas e têm salário maior 50% ou 30% maior do que na universidade

É possível virar esse jogo?

Com o fomento da parceria dos programas de pós-graduação com o mercado, que não é algo simples no Brasil – é preciso mudar muita coisa.

Na Alemanha, por exemplo, o sistema de pós-graduação é casado com as empresas alemãs. Qual é o resultado disso? O maior balanço positivo de pagamentos do mundo é a da Alemanha, porque as empresas alemãs não fazem nada para o mercado alemão, que tem 60 milhões de habitantes, elas exportam tudo. Nem cerveja. Em contrapartida, os valores do protecionismo no Brasil saltam aos olhos, empresas sem pesquisa, sem doutores, que não conseguem competir globalmente.

A quem cabe dar o novo direcionamento?

Sabemos que não é o Estado que deve dizer o que é para fazer, porque não é o Estado que compete no segmento de software, nem de fármacos, alimentício ou de aeronaves. Mas cabe ao Estado estabelecer e articular a estratégia. Se ele, Estado, investir nas condições prévias necessárias para a competitividade, a iniciativa privada faz todo o resto e o país anda.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

MEC divulga nesta terça resultado do Fies

CLIPPING



O Ministério da Educação (MEC) divulga nesta terça-feira (9) o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies.

Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. O resultado estará disponível na internet, na página do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta terça-feira. Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Após cortes do MEC, Ufba anuncia redução de 12% na verba de limpeza

Somente 9 unidades terão a limpeza integral mantida

A Universidade Federal da Bahia (Ufba) anunciou na noite de segunda-feira (09) que, em função dos cortes de 30% nos repasses das verbas do Ministério da Educação, terá

que fazer um corte de R\$ 1,08 milhão, ou 12,38% de seu valor global no contrato de prestação de serviços de limpeza com a empresa Liderança Limpeza e Conservação LTDA, que atende a toda a Universidade e vence nesta terça-feira (9). A Ufba informou que o contrato será prorrogado por um período adicional de 6 meses com a redução, conforme o CORREIO havia antecipado na semana passada que aconteceria.

A universidade destacou que, em função da redução, manterá a limpeza das áreas internas e reduzirá a limpeza das áreas externas. "Por limitar-se à contratação de "serviços" - o que, no caso do contrato de limpeza, é medido pelo indicador "metro quadrado limpo" - e não de "pessoas", a terceirização, juridicamente, alija a Universidade da possibilidade de arbitrar sobre quantos ou quais profissionais serão mantidos. Atada a essa amarra jurídica, e considerando os três tipos de serviços previstos pelo contrato - limpeza de áreas internas, áreas externas e esquadrias - , a UFBA optou por preservar integralmente a metragem das áreas internas a serem limpas (essenciais e que correspondem ao maior número de trabalhadores) e por diminuir a metragem das áreas externas e de esquadria", destacou a insituição.

A medida, por sua vez, poupará nove unidades da instituição. "Com exceção das 9 unidades da área de saúde cobertas pelo contrato, que, por conta dos riscos de contaminação, não podem ter a limpeza reduzida: Instituto de Ciências da Saúde, Faculdade de Odontologia, Hospital de Medicina Veterinária, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Medicina da Bahia, Escola de Enfermagem, Escola de Nutrição e Instituto de Saúde Coletiva, em Salvador; e Instituto Multidisciplinar em Saúde, em Vitória da Conquista. Portanto, ao reduzir o tamanho da área física a ser limpa, a UFBA busca assegurar que não haja sobrecarga para os trabalhadores", destacou a Ufba.

Essa não é a única medida recente de cortes implementada pela Ufba. Após sucessivos congelamentos de verbas por parte do governo federal e com mais da metade do orçamento inacessível para este ano, a Universidade Federal da Bahia (Ufba) adotou mais uma medida emergencial para tentar deixar suas contas no azul. Desde segunda-feira (8), a universidade passou a ter um horário reduzido e apenas funcionará das 7h30 às 13h30. Apesar da suspensão das aulas por conta do recesso, que inicia na próxima semana, as atividades de pesquisa e extensão da universidade não serão interrompidos e professores e alunos já começam a ver os impactos da medida.

Confira, na íntegra, a nota divulgada pela insituição:

A crescente defasagem orçamentária que aflige o conjunto das universidades federais nos últimos cinco anos, fortemente agravada pelo bloqueio de 30% da verba de custeio ora realizado pelo governo federal (cerca de R\$ 48 milhões), obriga a UFBA a tomar medidas emergenciais visando a reduzir seu custo operacional e a assegurar, assim, com o menor prejuízo possível, a continuidade de seu funcionamento.

Premida por essa circunstância, a UFBA informa que o contrato de prestação de serviços de limpeza com a empresa Liderança Limpeza e Conservação LTDA, que atende a toda a Universidade e vence no dia 09 de julho, será prorrogado por um período adicional de 6 meses, com redução de R\$ 1,08 milhão, ou 12,38% de seu valor global.

Ciente de que qualquer redução em um de seus maiores contratos de serviço terceirizado não apenas afeta a qualidade do serviço prestado, como também dá ensejo à

supressão de postos de trabalho ocupados por profissionais caros à comunidade universitária, a administração central da UFBA procurou adotar medidas que resultassem no menor impacto possível na vida da Universidade e nas dos membros de sua comunidade.

Ademais, é fundamental ter em mente que a imposição da terceirização, iniciada em meados dos anos 1990 no Brasil, como modalidade de contratação dos chamados "serviços meio" (como limpeza, segurança, portaria, entre outros) em órgãos federais, produz efeitos comprovadamente perversos, como a fragilização da gestão pública e o esgarçamento do tecido social da Universidade, sobretudo em momentos de restrição orçamentária. Cercear o orçamento das universidades resulta, nesse contexto, em demissões de trabalhadores, que só aprofundam a grave crise que o país atravessa.

Por limitar-se à contratação de "serviços" - o que, no caso do contrato de limpeza, é medido pelo indicador "metro quadrado limpo" - e não de "pessoas", a terceirização, juridicamente, alija a Universidade da possibilidade de arbitrar sobre quantos ou quais profissionais serão mantidos. Atada a essa amarra jurídica, e considerando os três tipos de serviços previstos pelo contrato - limpeza de áreas internas, áreas externas e esquadrias - , a UFBA optou por preservar integralmente a metragem das áreas internas a serem limpas (essenciais e que correspondem ao maior número de trabalhadores) e por diminuir a metragem das áreas externas e de esquadrias - com exceção das 9 unidades da área de saúde cobertas pelo contrato, que, por conta dos riscos de contaminação, não podem ter a limpeza reduzida: Instituto de Ciências da Saúde, Faculdade de Odontologia, Hospital de Medicina Veterinária, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Medicina da Bahia, Escola de Enfermagem, Escola de Nutrição e Instituto de Saúde Coletiva, em Salvador; e Instituto Multidisciplinar em Saúde, em Vitória da Conquista. Portanto, ao reduzir o tamanho da área física a ser limpa, a UFBA busca assegurar que não haja sobrecarga para os trabalhadores.

Apesar das claras limitações contratuais, a administração central da UFBA não tem poupado e não poupará esforços para evitar quaisquer injustiças no processo de desligamento de funcionários. A Universidade tem procurado explicar continuamente a todos os seus fornecedores a natureza singular da comunidade universitária, que tem no corpo de trabalhadores terceirizados alguns de seus membros mais antigos e estimados.

[topo](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Ministério da Educação divulga nesta terça resultado do Fies

Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero

O Ministério da Educação (MEC) divulga hoje (9) o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies.

Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. O resultado estará disponível na internet, na página do programa e nas instituições de ensino superior participantes. Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta terça-feira.

Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho. Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto. Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de

responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação. Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda. A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

Abertas inscrições para acadêmicos indígenas

Por Folha Web

Estudantes indígenas ou quilombolas regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais dos Campi Boa Vista (CBV) e Amajari (CAM) do Instituto Federal de Roraima (IFRR) podem se inscrever no Programa Bolsa Permanência do governo federal. As inscrições vão até 30 de agosto no site do programa (sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso).

São oferecidas 4 mil bolsas em todo o país no valor de R\$ 900,00 cada uma. Podem concorrer à bolsa-auxílio estudantes indígenas ou quilombolas de cursos de graduação de instituições federais de ensino superior. A Portaria 1.240, que trata do assunto e que foi publicada na edição do Diário Oficial da União (DOU) de 2 de julho, está disponível no site do instituto.

De acordo com a diretora de Assuntos Estudantis do IFRR, Maricélia Carvalho Moreira Leite, o cadastro é feito on-line pelo candidato à bolsa, com informações sobre o seu perfil socioeconômico e acadêmico, e a documentação exigida deve ser entregue, em cada campus, à Comissão de Avaliação e Acompanhamento do programa.

As comissões são formadas por servidores do IFRR, pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), pela Organização dos Professores Indígenas (Opirr) e por representantes da sociedade civil e de comunidades indígenas. Esses membros são responsáveis pela análise da documentação comprobatória e por encaminhá-la à Reitoria do IFRR para envio ao MEC.

O prazo para as instituições federais de ensino superior analisarem e autorizarem os

cadastros de inscrição considerados aptos, nos termos da Portaria MEC 389, de 9 de maio de 2013, será até 30 de setembro de 2019. O IFRR fez adesão ao Programa Bolsa Permanência em junho de 2016, em atendimento à solicitação do Campus Amajari, que tem mais de 65% dos alunos autodeclarados indígenas.

Segundo o portal do MEC, a Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O valor é equivalente ao praticado na política federal de concessão de Bolsas de Iniciação Científica: R\$ 400,00.

Estudantes indígenas e quilombolas, amparados na Constituição Federal, têm garantido um valor diferenciado, pelo menos igual ao dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão das especificidades da organização social de suas comunidades, da condição geográfica, dos costumes, da língua, das crenças e das tradições. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

DOCUMENTOS – Para ser beneficiário do programa, o estudante deverá apresentar a documentação mínima comprovatória da sua condição indígena ou quilombola estabelecida pela Portaria MEC 389/2013:

- Autodeclaração do candidato;
- Declaração de sua comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico assinada por pelo menos três líderes reconhecidos;
- Declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai) de que o estudante indígena reside em terras indígenas ou comprovante de residência em comunidade indígena;
- Termo de Compromisso devidamente assinado;
- RG;
- CPF.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Governo faz proposta de acordo aos professores

Grande imprensa, agências de notícia e sites

O secretário estadual de Administração, Merlong Solano, propôs aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Piauí (Sinte) em reunião nesta segunda, dia 08, a implementação do reajuste de 4,17% pleiteado pela categoria em forma de auxílio- alimentação. A medida visa pôr fim ao movimento grevista e retomar a normalidade no funcionamento de todas as escolas da rede estadual.

Merlong anunciou aos professores que tão logo o Estado saia dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos com pessoal o governo vai encaminhar à Assembleia Legislativa do Piauí o projeto de lei que concede o reajuste salarial correspondente ao ano de 2019. “O compromisso e determinação do governador é de enviar a Mensagem à Assembleia concedendo o aumento. Nossa expectativa é que, a partir do segundo quadrimestre, deste ano o Estado esteja fora dos limites estabelecidos

pela LRF e o reajuste definitivo possa ser concedido a partir do mês de setembro”, explicou Merlong Solano.

O secretário de Governo, Osmar Junior, ressaltou que essa é a proposta possível neste momento. “O reajuste no auxílio- alimentação é temporário e se estenderá somente até a aprovação do projeto de lei que instituirá o aumento salarial referente a 2019”, observou Osmar Junior. A fim de acabar com o movimento grevista, a presidente do Sinte, Paulina Almeida, afirmou que vai levar a proposta do governo para a assembleia com a categoria na próxima quinta-feira (11)

topo ↕

O DIA - RJ - GERAL

Com cortes na Educação, UFMS não terá como pagar água e luz a partir de agosto
Reitor da instituição afirmou que, caso o governo não libere nenhum recurso, universidade não conseguirá pagar as contas a partir do próximo mês

Mato Grosso do Sul - O reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) afirmou, nesta segunda-feira, que a universidade não conseguirá honrar com seus pagamentos de água e energia elétrica a partir de agosto, e que existe risco de suspensão das aulas. A informação foi dada ao programa Bom Dia MS, da Rede Globo local.

"A partir de agosto, se o governo não desbloquear um recurso, nós não temos como honrar o pagamento dessas contas, principalmente de água e luz", afirmou o reitor, Marcelo Turine, ao programa.

Desde que os cortes no orçamento da educação foram anunciados pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, no final de abril, diversas universidades públicas anunciaram que haveria a possibilidade de suspensão de suas aulas.

Turine afirmou que está negociando com as concessionárias que fornecem energia elétrica e água para a UFMS, e que, caso não haja uma tolerância com os atrasos ocasionados pelos cortes no orçamento feitos pelo Ministério da Educação (MEC), haverá suspensão das aulas.

Ele afirmou ainda que, desde que os cortes foram anunciados, a universidade já está enfrentando problemas, mas que, até o momento, os compromissos estão sendo honrados – cenário que irá mudar já no próximo mês, caso não haja desbloqueio de recursos.

topo ↕

HORA DO POVO - TEMPO REAL

Marcha da Ciência critica cortes e condena o obscurantismo bolsonarista

Cientistas, pesquisadores, professores universitários e estudantes de São Paulo realizaram neste domingo (07), na Avenida Paulista, mais uma edição da “Marcha pela Ciência”. Eles condenaram a política de cortes na educação e no desenvolvimento científico das universidades brasileiras e a perseguição obscurantista do governo Bolsonaro.

Desde o início do dia, cientistas de diversas áreas apresentaram as pesquisas que são desenvolvidas nas universidades e institutos de pesquisa. Neste domingo, milhares de pessoas que transitaram pela Avenida Paulista, puderam ter maior contato com uma verdadeira “Feira de Ciências”, composta por diversas atividades que tinham por objetivo aproximar as pessoas dos trabalhos científicos das mesmas instituições que o

governo – na pessoa do ministro da Educação, Abraham Weintraub, acusa de “promoverem a balbúrdia”.

Dentre os trabalhos expostos estavam trabalhos que retratavam a evolução humana que contavam com banners e réplicas de crânios de homínídeos pré-históricos, dados sobre o ano de descoberta dos fósseis e seus descobridores, bem como características importantes de cada espécime atraindo bastante a curiosidade de crianças e adultos que se encantavam com as réplicas. Contou também, com um pôster especial para retratar a teoria da evolução de Charles Darwin e os avanços científicos proporcionados por ela.

Também contou com exposições que tratavam desde os micro-organismos marinhos e suas mais impressionantes habilidades adaptativas de resistência ao calor e ao frio intenso, apresentados pela Professora Vivian Pellizari, como sobre as mais distintas espécies de tubarões, ou mesmo sobre a fauna e flora brasileira. Também expuseram seus trabalhos a equipe de robótica Thunderatz, da Escola Politécnica da USP.

Representantes do Instituto de Botânica de São Paulo, também apresentaram o trabalho realizado na instituição. Na entrada do estande do grupo a faixa com os dizeres: “Em defesa da pesquisa científica”, condenava a tentativa do governo Dória de privatizar o instituto.

MARCHA

Por volta das 14h, os cientistas realizaram uma caminhada entre o Instituto Pasteur e o Museu de Artes de São Paulo (MASP) denunciando os cortes das bolsas fornecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, ligados ao Ministério de Ciência e Tecnologia e da Educação, respectivamente.

Para Mariana Moura, fundadora do movimento Cientistas Engajados, o objetivo é mostrar “para o conjunto da população que, ao contrário do que o governo fala, não existe ‘balbúrdia’ na universidade pública”.

“Estamos mostrando que na universidade tem pesquisa séria e essas pesquisas não tem como serem feitas sem investimento público. Por isso essa Marcha tem como objetivo denunciar os cortes na área de ciência, tecnologia e educação que vão inviabilizar a produção de conhecimento no país. Estamos mostrando com essa feira e com a marcha, o que vai deixar de acontecer nas universidades públicas, caso os investimentos não sejam retomados”, ressaltou.

Marimélia Porcionatto, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), denuncia que “as universidades federais estão lamentáveis e não vão conseguir funcionar no segundo semestre se não for devolvido o dinheiro que foi cortado. A UFBA anunciou a pouco que vai funcionar só meio período por não ter recursos para pagamento das despesas básicas. Num cenário como esse, nós viemos às ruas mostrar para a população com essas atividades o que fazemos em nossos laboratórios e que temos ciência em tudo que a gente vive no dia a dia. Então precisamos nos unir e conquistar o apoio da população para barrar esses cortes”.

Para a professora do Instituto de Oceanografia da USP (IO-USP), Vivian Pellizari, “nós já passamos por algumas fases com mais apoio e outras com menos apoio para a

ciência. Mas nunca uma fase como esta com retrocessos, como está acontecendo hoje no país. Não nos resta outra ação senão lutar pela ciência e mostrar para o povo sua importância. Acho que não vamos conseguir mudar a opinião do governo, por isso defender e divulgar a ciência se faz tão importante hoje”.

“Estamos expondo nossos trabalhos nessa feira de ciências que envolve diversas universidades, institutos de pesquisa e escolas técnicas para demonstrar o que é produzido pelos nossos cientistas, numa tentativa de aproximar a ciência que é produzida nos laboratórios, justamente para fazer esse trabalho informativo sobre a produção científica no país como motor do desenvolvimento social, econômico e político e também para falar com a população sobre a importância da educação para a nossa soberania. Estamos tentando demonstrar a importância desse conhecimento produzido nas universidades públicas que pesquisam curas para doenças, até então, incuráveis e que ajudam a vida da população em seu dia a dia”, destacou Rai Campos, diretor regional de São Paulo da ANPG.

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), Lucas Chen, condenou os cortes realizados pelo governo. “Estamos todos aqui na Paulista para mostrar ao governo Bolsonaro que os estudantes, professores e cientistas não aceitaremos passivos a destruição de nossa ciência, pois é isso que representam os cortes feitos por esse governo. Aliado a ele temos aqui no estado de São Paulo um governador que tenta criminalizar as universidades, os reitores e toda a comunidade acadêmica. Essa tentativa de destruir os sonhos do povo não vai passar impune”, disse Lucas.

“Vamos todos juntos combater os cortes para garantir que a ciência brasileira continue cumprindo com seu papel de alavancar o desenvolvimento do país”, destacou o líder secundarista.

SOBERANIA

“Não existe nenhum país desenvolvido no mundo que não tenha um investimento na ciência e tecnologia e em pensamento crítico. A luta pela educação, ciência e tecnologia é uma luta pela soberania nacional. Sem ciência e tecnologia e pensamento críticos brasileiros não há soberania. Nós estamos aqui defendendo, portanto, a soberania nacional para que a gente possa dar ao Brasil e a seu povo o futuro que ele merece.”, disse João da Costa Chaves Júnior, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (ADUNESP).

“As universidades estaduais estão hoje passando por um processo de perseguição com uma CPI na ALESP [Assembleia Legislativa de São Paulo], cujo objetivo é desmoralizar as universidades públicas paulistas.”, denunciou João Chaves.

Cleusa Maria Montovanello Lucon, vice-presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APQC) denunciou a situação de desamparo dos institutos de pesquisa do estado de São Paulo onde “não tem concurso público desde 2003, eles sempre estão dizendo que estão contendo os gastos e, na verdade, não encaram a ciência como investimento. Às bolsas de pesquisa estão sendo cortadas e, na maioria dos casos, nós estamos considerando que os institutos estão em processo de extinção”.

“São institutos que beneficiam a população de várias formas, desde a comida que chega a nossa mesa que são os institutos ligados a Secretaria da Agricultura. Os institutos que cuidam no nosso meio ambiente e cuidam da biodiversidade de São Paulo, como o Instituto de Botânica que acabou de ser privatizado, onde a iniciativa privada vai tomar conta desse patrimônio, que é do povo, por 35 anos. Quando se fala de saúde, todo mundo sabe o que é o instituto Butantã que produz vacina a todos”, continuou Cleusa.

“O que o governo de João Dória está fazendo é prejudicar o desenvolvimento científico e tecnológico do estado de São Paulo em várias áreas e isso a gente vai colher daqui a 5 ou 10 anos, pois esses institutos sempre foram muito importante para o estado. O que demorou 100 anos para ser construído, esse governo está destruindo em poucos meses de governo, por isso a pertinência dessa exposição para conscientizar a população da importância desses institutos de pesquisa”, completou.

As atividades foram organizadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o movimento Cientistas Engajados, a Associação dos Docentes da USP (ADUSP), Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP), Associação dos Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, Academia de Ciência do Estado de São Paulo (ACIESP), Revista Questão de Ciência.

topo ↕

JORNAL FOCO - BA - TEMPO REAL

Sober realiza na UESC o maior evento na área da agricultura e desenvolvimento rural do país.

Entre os dias 21 e 25 de julho, a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) realizará, no campus Soane Nazaré de Andrade, da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, (Ilhéus-BA), o seu 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. O evento acadêmico é considerado o maior na área da agricultura e desenvolvimento rural do país. Este ano o congresso tem como tema: "Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento".

Deverá articular os debates sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento, uma vez que a fome e a desnutrição continuam afetando milhares de pessoas no mundo e, particularmente, no Brasil. Estão aprovados 600 trabalhos científicos, 65 pôsteres, mantidos seis grandes painéis que tratam do tema do Congresso, seis minicursos, palestras e 12 Sessões Organizadas (SORGs).

De acordo com o professor Lauro Mattei, presidente da Sober "a temática geral da sociedade hoje é a rediscussão do debate sobre o desenvolvimento social, regional e ambiental. Este ano estamos agregando um tema que está conectado com o debate mundial, que é a questão da segurança alimentar nutricional. A fome volta ao debate mundial impulsionada pela FAO, que está patrocinando um painel dentro do Congresso, exatamente pela sua importância".

"No contexto do desenvolvimento hoje a questão ambiental é uma discussão muito forte, mas estamos inserindo também a questão social onde o tema da fome é extremamente importante e a segurança alimentar entra num aspecto decisivo. Estamos articulando a temática da agricultura, produção alimentar e sustentabilidade na perspectiva de um desenvolvimento num patamar um pouco distinto para não ficar só

no econômico."

O presidente da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural chama atenção para o contexto geral do país que está atravessando uma crise que envolve as universidades, resultando na dificuldade para as pessoas participarem de eventos porque a maior parte das na universidades não tem recursos para dar apoio no sentido de passagens e estadia.

O Congresso da Sober normalmente conta com cerca de mil participantes, portanto, exige grande infraestrutura e custos elevados. Este ano o evento não terá o apoio de entidades que sempre o apoiaram como a Embrapa, Mapa e Caps, apenas por questões econômicas. Mas o evento será feito. Estamos redimensionando para manter o padrão dos anos anteriores. Os congressos da Sober têm os anais na **Capes** então temos muito cuidado para manter o padrão na qualidade científica e de infraestrutura .

topo ↕

NOTÍCIAS AO MINUTO - TEMPO REAL

Edifícios com fachadas de vidro geram alto impacto ambiental

Com janelas seladas e sistema constante de condicionamento artificial, as edificações consomem mais energia

Por fora, bela viola. Por dentro, pão bolorento.” O famoso ditado popular encaixa-se quase que perfeitamente aos edifícios corporativos envidraçados que vemos com frequência em metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, e mesmo em cidades de menor porte, como São Carlos, no interior paulista.

Esses edifícios, que normalmente são construídos para abrigar escritórios de grandes empresas, têm altíssimo impacto ambiental antes e durante o seu uso. Foi isso que descobriu Rosilene Regolão Brugnera em sua pesquisa de doutorado realizada no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da USP, sob a orientação da docente Karin Maria S. Chvatal, do IAU, e co-orientação de João Adriano Rossignolo, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) da USP. “Esses edifícios normalmente têm plantas maiores que 900 metros quadrados (m²), sem paredes internas, chamados de edifícios de planta livre, do inglês open plan offices, com janelas totalmente seladas e sistemas de condicionamento artificial funcionando em todo o período de ocupação do edifício. Analisamos suas fachadas e como suas características influenciam no consumo de energia, nos impactos ambientais e no custo. A ideia do projeto foi trabalhar essas três variáveis de forma integrada ao longo de toda a vida útil do edifício”, explica Rosilene.

“Rosilene fez uma avaliação do ciclo de vida (ACV) dessas construções e, para isso, parte de seu doutorado foi feita na Universidade do Minho, Portugal, sob orientação do pesquisador Ricardo Mateus, especialista em análise do ciclo de vida para construção civil”, complementa Karin.

Rosilene fez um estudo comparativo entre dois modelos de fachadas: fachada cortina (totalmente envidraçada) e a tradicional (parede em alvenaria e esquadria com vidro). Em sua análise, ela considerou os materiais utilizados, o tamanho da janela, o tipo de vidro utilizado, ausência ou presença de dispositivo de sombreamento e como a combinação de tais características influenciou o consumo de energia do edifício, avaliado para três climas brasileiros, totalizando uma análise com 144 cenários diferentes. E, ainda em relação ao clima, três cidades foram analisadas: São Paulo

(clima médio), Manaus (clima quente) e Curitiba (clima frio).

Em relação ao consumo de energia durante o uso ao longo de 60 anos de vida útil do edifício, alguns itens fazem toda a diferença, como a inserção de sombreamento na fachada. “Foi verificado que contribuem para o aumento do consumo de energia usar a fachada cortina, em vez da tradicional, não utilizar sombreamento, utilizar vidro incolor em vez das outras opções, e aumentar a área de janela. Também foi observado que no clima de Manaus, onde é muito mais quente, o impacto de medidas para reduzir o consumo de energia é menor”, explica Karin. “Ou seja, são diversas as variáveis que influenciarão no consumo de energia. Mas, na realidade, é o equilíbrio entre todas essas variáveis que realmente fará a diferença.”

Ainda de acordo com a pesquisadora, na fase de pré-uso, o alumínio foi o material que apresentou o maior impacto ambiental, mas como a fase de uso tem maiores impactos, visto que considera 60 anos de vida útil do edifício, ela é que contribui mais como o impacto. “Verificamos que, no Brasil, os resultados são similares aos resultados encontrados em outros países”, elucida Karin.

O grande vilão

Mas, mesmo que diversos elementos colaborem para tornar esses edifícios grande inimigos do meio ambiente, o maior responsável por isso ainda continua sendo seu principal material: o vidro. “Quando também consideramos o custo, as soluções que já apresentavam maior impacto ambiental também são as mais caras. Inclusive, gerando uma diferença muito clara entre a fachada tradicional e a fachada cortina”, explica Karin.

Na análise de Rosilene, edifícios totalmente envidraçados chegam a consumir cerca de 25% a mais de energia do que aqueles com as fachadas tradicionais. “Nos Estados Unidos, esses edifícios são muito comuns, e o Brasil adotou como modelo esse estilo internacional de arquitetura. E os edifícios corporativos normalmente são desse estilo, bem fechados e, por isso, não utilizam ventilação natural”, descreve a docente.

Mas por que então os grandes edifícios corporativos ainda optam por esse tipo de fachada “antiecológica”? A razão também é desconhecida pelas duas pesquisadoras, mas especulação imobiliária é um dos palpites. “Pensamos que seja necessário buscar outras alternativas de construção e de projeto arquitetônico que explorem diferentes possibilidades para esse tipo de edifício.” E diante da análise e dos dados coletados por Rosilene, parece que outro ditado se encaixa perfeitamente aos pomposos edifícios: “nem tudo que reluz é ouro”. Artigo sobre o assunto foi publicado na revista Ambiente Construído. A pesquisa de Rosilene foi financiada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

[topo](#)

CORREIO DO POVO - AL - NOTÍCIAS

**Edifícios com fachadas de vidro geram alto impacto ambiental
Com janelas seladas e sistema constante de condicionamento artificial, as
edificações consomem mais energia**

Por fora, bela viola. Por dentro, pão bolorento.” O famoso ditado popular encaixa-se quase que perfeitamente aos edifícios corporativos envidraçados que vemos com frequência em metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, e mesmo em cidades de menor porte, como São Carlos, no interior paulista.

Esses edifícios, que normalmente são construídos para abrigar escritórios de grandes empresas, têm altíssimo impacto ambiental antes e durante o seu uso. Foi isso que descobriu Rosilene Regolão Brugnera em sua pesquisa de doutorado realizada no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da USP, sob a orientação da docente Karin Maria S. Chvatal, do IAU, e co-orientação de João Adriano Rossignolo, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) da USP. “Esses edifícios normalmente têm plantas maiores que 900 metros quadrados (m²), sem paredes internas, chamados de edifícios de planta livre, do inglês open plan offices, com janelas totalmente seladas e sistemas de condicionamento artificial funcionando em todo o período de ocupação do edifício. Analisamos suas fachadas e como suas características influenciam no consumo de energia, nos impactos ambientais e no custo. A ideia do projeto foi trabalhar essas três variáveis de forma integrada ao longo de toda a vida útil do edifício”, explica Rosilene.

“Rosilene fez uma avaliação do ciclo de vida (ACV) dessas construções e, para isso, parte de seu doutorado foi feita na Universidade do Minho, Portugal, sob orientação do pesquisador Ricardo Mateus, especialista em análise do ciclo de vida para construção civil”, complementa Karin.

Rosilene fez um estudo comparativo entre dois modelos de fachadas: fachada cortina (totalmente envidraçada) e a tradicional (parede em alvenaria e esquadria com vidro). Em sua análise, ela considerou os materiais utilizados, o tamanho da janela, o tipo de vidro utilizado, ausência ou presença de dispositivo de sombreamento e como a combinação de tais características influenciou o consumo de energia do edifício, avaliado para três climas brasileiros, totalizando uma análise com 144 cenários diferentes. E, ainda em relação ao clima, três cidades foram analisadas: São Paulo (clima médio), Manaus (clima quente) e Curitiba (clima frio).

Em relação ao consumo de energia durante o uso ao longo de 60 anos de vida útil do edifício, alguns itens fazem toda a diferença, como a inserção de sombreamento na fachada. “Foi verificado que contribuem para o aumento do consumo de energia usar a fachada cortina, em vez da tradicional, não utilizar sombreamento, utilizar vidro incolor em vez das outras opções, e aumentar a área de janela. Também foi observado que no clima de Manaus, onde é muito mais quente, o impacto de medidas para reduzir o consumo de energia é menor”, explica Karin. “Ou seja, são diversas as variáveis que influenciarão no consumo de energia. Mas, na realidade, é o equilíbrio entre todas essas variáveis que realmente fará a diferença.”

Ainda de acordo com a pesquisadora, na fase de pré-uso, o alumínio foi o material que apresentou o maior impacto ambiental, mas como a fase de uso tem maiores impactos, visto que considera 60 anos de vida útil do edifício, ela é que contribui mais como o impacto. “Verificamos que, no Brasil, os resultados são similares aos resultados encontrados em outros países”, elucida Karin.

O grande vilão

Mas, mesmo que diversos elementos colaborem para tornar esses edifícios grande inimigos do meio ambiente, o maior responsável por isso ainda continua sendo seu principal material: o vidro. “Quando também consideramos o custo, as soluções que já apresentavam maior impacto ambiental também são as mais caras. Inclusive, gerando

uma diferença muito clara entre a fachada tradicional e a fachada cortina”, explica Karin.

Na análise de Rosilene, edifícios totalmente envidraçados chegam a consumir cerca de 25% a mais de energia do que aqueles com as fachadas tradicionais. “Nos Estados Unidos, esses edifícios são muito comuns, e o Brasil adotou como modelo esse estilo internacional de arquitetura. E os edifícios corporativos normalmente são desse estilo, bem fechados e, por isso, não utilizam ventilação natural”, descreve a docente.

Mas por que então os grandes edifícios corporativos ainda optam por esse tipo de fachada “antiecológica”? A razão também é desconhecida pelas duas pesquisadoras, mas especulação imobiliária é um dos palpites. “Pensamos que seja necessário buscar outras alternativas de construção e de projeto arquitetônico que explorem diferentes possibilidades para esse tipo de edifício.” E diante da análise e dos dados coletados por Rosilene, parece que outro ditado se encaixa perfeitamente aos pomposos edifícios: “nem tudo que reluz é ouro”. Artigo sobre o assunto foi publicado na revista Ambiente construído. A pesquisa de Rosilene foi financiada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Fies do segundo semestre de 2019 divulga pré-selecionados nesta terça
Serão oferecidos 150 mil contratos, dos quais 50 mil terão juro zero, de acordo com o Ministério da Educação.**

Os nomes dos estudantes pré-selecionados para fazerem o contrato com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do segundo semestre de 2019 deve ser divulgado nesta terça-feira (9), em horário ainda não definido. A ordem de classificação seguirá as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Fies é um programa de financiamento do governo federal para estudantes cursarem o ensino superior em universidades particulares.

Os nomes dos candidatos aptos ao financiamento deverão ser divulgados na página do Fies: <http://fies.mec.gov.br> ainda nesta terça.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão oferecidos 150 mil contratos, dos quais 50 mil terão juro zero.

Confira a íntegra do edital

Próximos prazos

Após a pré-seleção, os candidatos terão entre os dias 10 e 12 de julho para fecharem o contrato. A chamada da lista de espera será aberta entre 15 de julho e 23 de agosto.

O Fies é um programa de financiamento para estudantes cursarem o ensino superior em universidades privadas. Ele é aberto para quem fez o Enem a partir de 2010, teve nota igual ou maior que 450 nas cinco provas, não zerou na redação e tem renda familiar mensal per capita de até 3 salários mínimos, para o financiamento do Fies; e entre três e cinco salários mínimos, para o P-Fies.

Fies 2º semestre 2019

Inscrições: 25 de junho a 1º de julho

Pré-seleção: 9 de julho

Contratação: 10 a 12 de julho

Chamada da lista de espera: 15 de julho a 23 de agosto

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Relator da LDO blinda educação de contingenciamento em 2020, abre espaço para aumento a servidores

BRASÍLIA (Reuters) - O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, deputado Cacá Leão (PP-BA), blindou as despesas ligadas à educação de eventuais bloqueios pelo Executivo e suspendeu a vedação que existia para reajustes salariais de servidores públicos no ano que vem, em duas frentes de divergência com o governo federal.

Em seu texto, submetido na noite de domingo no sistema da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, Leão incluiu no grupo de gastos que não podem ser contingenciados "despesas com as ações vinculadas à função educação".

Com isso, ele reduziu, na prática, parte significativa do espaço disponível para o governo congelar despesas quando precisa assegurar o cumprimento da meta fiscal.

Em março, quando o Executivo anunciou o contingenciamento de quase 30 bilhões de reais para este ano, o Ministério da Educação (MEC) foi o mais afetado, com bloqueio de 5,8 bilhões de reais.

A limitação, inclusive, catapultou manifestações Brasil afora após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegar a afirmar que a balbúrdia feita pelas universidades federais seria um critério para definição de quais delas teriam suas verbas reduzidas.

Caso a blindagem no PLDO de 2020 seja mantida, não apenas os gastos do MEC serão protegidos, mas também as despesas de outras pastas que estiverem de alguma forma vinculadas à educação.

No relatório, Leão também suspendeu a vedação a reajustes salariais para servidores civis no ano que vem, contrariando versão original do governo, que previa possibilidade de aumento apenas para os militares.

Segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a equipe econômica é contra a flexibilização, em meio ao cenário de forte desequilíbrio das contas públicas.

"O que ele (Leão) colocou foi possibilidade para ajuste dos servidores civis. Isso vai ser pauta de diálogo com ele", afirmou Rodrigues mais cedo nesta segunda-feira.

"Nós entendemos que os aumentos de servidores não devem vir na LDO, somente o que foi colocado associado à Nova Previdência que é questão dos militares", completou Rodrigues.

Leão, por sua vez, escreveu que o eventual aumento salarial para os servidores públicos deve ser analisado individualmente.

"Não somos contrários ao reajuste das remunerações dos militares, até porque visam a mera recomposição de perdas decorrentes da desvalorização monetária ao longo dos anos, de tal modo a manter o poder de compra", escreveu ele no relatório.

"Todavia acreditamos que deve haver outras categorias civis que sofrem do mesmo problema, portanto decidimos por excluir a vedação de reajuste a pessoal civil da União que deve ser analisado caso a caso na tramitação do Orçamento Geral da União para 2020", acrescentou.

META MANTIDA

No texto apresentado, o relator manteve a meta de déficit primário de 124,1 bilhões de reais para o governo central no ano que vem, sétimo resultado consecutivo no vermelho, apesar de reconhecer que o crescimento esperado para a economia, de 2,5%, não é mais visto como factível.

No relatório Focus, feito pelo BC junto a uma centena de economistas, a expectativa é de alta de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

"Apesar de as estimativas mais atuais indicarem que o crescimento econômico para 2020 já não deverá ocorrer na mesma magnitude esperada pelo governo de 2,5%, não vemos necessidade de alteração nas projeções apresentadas", pontuou Leão.

A aprovação do projeto da LDO de 2020 é necessária para que o Congresso possa ter o recesso de julho, a partir do dia 18 deste mês. Após aval da CMO, o texto tem que ser votado em sessão conjunta da Câmara e do Senado.